



Artigo

Auguste Comte e o projeto educacional burguês

Auguste Comte and the bourgeois educational project

Auguste Comte y el proyecto educacional burgués

Ana Paula Aires Rodrigues¹, Daniela Azarias Ferreira da Silva², Marco Antônio de Oliveira Gomes³, Maria Cristina Gomes Machado⁴

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná, Brasil

Resumo

O arcabouço teórico elaborado por Auguste Comte apresenta uma natureza fundamentalmente pedagógica, visto que pressupõe a “regeneração” da humanidade. Assim, este artigo tem como propósito apresentar uma análise acerca da compreensão comteana sobre a sociedade moderna, bem como dos postulados que fundamentaram o positivismo diante de um cenário marcado por profundas transformações e convulsões sociais. Para alcançar os objetivos propostos, faz-se uma abordagem inicial contextualizando sua produção no cenário político, social e econômico da Europa da primeira metade do século XIX. Em seguida, são apresentadas as propostas conservadoras do autor, que buscava uma solução racional e científica para os problemas da sociedade. Foi abordado o projeto pedagógico de Comte, que atribui à mulher e à família um papel de destaque na nova ordem por ele preconizada e, por fim, o modelo de educação comteano. A metodologia adotada está alicerçada numa pesquisa histórica fundamentada no materialismo histórico e dialético, que compreende a sociedade a partir das condições reais da existência humana, partindo do concreto para o abstrato, ou seja, da realidade para o campo das ideias. A análise histórica nos leva a concluir que, a produção comteana, em seu conjunto, buscou apontar para a necessidade social de uma educação positiva sistemática, com o objetivo de formar o indivíduo como cidadão consciente de seu papel na sociedade e, dessa forma, alcançar o progresso, dentro dos limites da ordem social estabelecida.

Abstract

The theoretical framework elaborated by Auguste Comte presents a fundamentally pedagogical nature, since it presupposes the “regeneration” of humanity. Therefore, the purpose of this article is to present an analysis of the Comte an understanding of modern society, as well as the postulates that substantiated positivism in the face of a scenario marked by profound transformations and social convulsions. To reach the proposed objectives, an initial approach is contextualized based on the political, social and economic

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE/UEM), na linha de História e Historiografia da Educação. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9359-6779> E-mail: prof.ana.aires@gmail.com

² Mestre em História e Historiografia da Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3375-6993> E-mail: daniazariasel@gmail.com

³ Professor Adjunto da UEM. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2397-5615> E-mail: marcooliveiragomes@yahoo.com

⁴ Professora Titular da UEM. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7359-4562> E-mail: mcgm.uem@gmail.com

scenario of Europe in the first half of the nineteenth century. Subsequently, the author's conservative proposals are presented, which sought a rational and scientific solution to the problems of society. The pedagogical project of Comte was approached, which assigns to women and the family a prominent role in the new order that it advocates, and finally, the Comtean model of education. The methodology adopted is based on a historical research based on historical and dialectical materialism, which comprehend society from the real conditions of human existence, starting from the concrete to the abstract or, in other words, from the reality to the field of ideas. The historical analysis leads us to conclude that, as a whole, the comtean production sought to point out the social need of a systematic positive education, with the purpose to educate the individual as a citizen aware of his role in the society, in order to reach the progress, within the limits of the established social order.

Resumen

El marco teórico elaborado por Auguste Comte presenta una naturaleza fundamentalmente pedagógica. Por lo tanto, presupone la "regeneración" de la humanidad. Así, el objetivo de este artículo es presentar un análisis sobre la comprensión comteana de la sociedad moderna y postulados que fundamentaron el positivismo frente a un escenario marcado por profundas transformaciones y convulsiones sociales. Para lograr los objetivos propuestos, hacemos un acercamiento inicial contextualizando su producción en el escenario político, social y económico en la Europa de la primera mitad del siglo XIX. Por consiguiente, presentamos las propuestas conservadoras del autor, pues buscó una solución racional y científica a los problemas de la sociedad. Discutimos el proyecto pedagógico de Comte que asigna a la mujer y a la familia un papel prominente en el nuevo orden defendido por él y el modelo de educación comteano. La metodología es una investigación histórica basada en el materialismo histórico y dialéctico. Esta metodología comprende la sociedad basada en las condiciones reales de la existencia humana, desde el concreto hasta el abstracto. En otras palabras, de la realidad para el campo de las ideas. El análisis histórico nos lleva a concluir que la producción comteana en su conjunto, trató de apuntar a la necesidad social de una educación positiva sistemática. Esto resultó en la formación del individuo como ciudadano consciente de su papel en la sociedad y en el logro del progreso, dentro de los límites del orden social establecido.

Palavras-chave: Auguste Comte, Positivismo, Educação.

Keywords: Positivism, Education.

Palabras-clave: Educación.

Introdução

Por que retomar a produção de Auguste Comte (1798–1857) e, sobretudo, o positivismo em pleno século XXI? Uma resposta plausível a essa questão é a compreensão de que o positivismo, em última instância, não se expressou apenas como fenômeno isolado do filósofo francês. A ciência positiva proposta por Comte exprimia determinado espírito ideológico da época e se apresentava como expressão dos interesses da burguesia de modo a reforçar sua ideologia e legitimar mesmo que implicitamente sua hegemonia. Entende-se que o aparato conceitual da produção comteana ultrapassou as fronteiras francesas e criou raízes em diferentes espaços, constituindo-se como expressão conservadora nas diferentes áreas do conhecimento e da vida política.

A despeito das ideias de Comte já terem sido objeto de inúmeras críticas, o conceito de ciência positivista se faz presente em diferentes espaços da sociedade. Nesse sentido, a educação constituiu-se em uma das áreas de maior penetração do ideário positivista. A título de exemplo, mediante a perspectiva positivista, o homem não é compreendido como um ser histórico, mas como um ser a-histórico dado. Com

esta idealização, a sociedade não se divide em classes sociais, mas em estratos e os homens ocupam determinados papéis em decorrência do mérito próprio. Esta perspectiva, que alimenta o discurso da meritocracia visível e questionável em diferentes espaços sociais, apresenta-se naturalizada na educação escolar. Trata-se de uma concepção que defende a harmonia social ao mesmo tempo em que nega a existência dos conflitos de classes.

No entanto, é necessário ter clareza que o mundo de Comte não é o mesmo de hoje. As condições materiais que proporcionaram a produção de sua obra foram em muito alteradas, mas a divisão da sociedade em classes antagônicas permanece, bem como os problemas dela decorrentes: a expansão do capital e o aguçamento das tensões sociais. Poderíamos levantar outras questões, tais como as desigualdades sociais e o papel da ciência na sociedade contemporânea.

Desse modo, o presente trabalho analisa a constituição teórica de Auguste Comte objetivando o entendimento da compreensão do autor a propósito da sociedade burguesa que se consolidava, bem como os pressupostos sobre as quais sua doutrina se fundamenta. A reflexão se orienta igualmente para o projeto político de reorganização do Estado e da sociedade por meio da ciência positiva e de uma nova moral tal qual preconizava seu autor.

O pai do positivismo nasceu em Montpellier, França, em 1798, vivendo grande parte de sua vida em Paris, onde faleceu em 1857. Frequentou a Escola Politécnica de Paris e medicina em Montpellier, mas não terminou nenhum dos cursos, tendo realizado parte de seus estudos por conta própria. Acrescenta-se que em 1816, o avanço das forças da reação europeia atingiu a Escola Politécnica. Após a derrota de Napoleão Bonaparte, a escola foi acusada de jacobinismo e suas portas foram fechadas temporariamente. Em 1817, tornou-se secretário de Saint-Simon, de cujo pensamento social e político se apropriou em parte. Em 1824, por discordâncias teóricas afastou-se de Saint-Simon, contraiu matrimônio com Caroline Massin e passou a ministrar aulas particulares de matemática. Em meados dos anos 1820, iniciou em sua própria casa um curso, no qual ambicionava abordar as ideias basilares de sua filosofia. Ao longo de sua vida, tentou, mas não conseguiu, ser admitido como docente permanente na Escola Politécnica.

No ano de 1842, Comte separou-se de sua esposa e, dois anos depois, conheceu Clotilde de Vaux, mulher casada, por quem se apaixonou. Esta relação de amizade entre Comte e Clotilde o levou a admirar a mulher que, distante do seu marido, o qual estava preso, considerava seu matrimônio insolúvel, sendo capaz de refrear possíveis sentimentos românticos por Comte. Clotilde tornou-se a representação da mulher idealizada e perfeita. Esse amor platônico e a profunda admiração pelo exemplo de moral humana de sua amiga, seguidos pela morte prematura de Clotilde, marcou o pensamento de Comte a ponto de criar uma nova religião, a Religião da Humanidade. Nessa nova religião, pode-se comparar a Virgem Maria, símbolo do catolicismo para a mulher de moral elevada e sem pecado, que se colocou a serviço de Deus e Clotilde de Vaux, arquétipo do modelo a ser seguido pelas mulheres. Com o falecimento de Clotilde em 1846, Comte associou a figura da musa inspiradora ao trabalho de renovação moral e social que impôs a si mesmo.

De fato, o teórico francês, como a maior parte dos intelectuais que procuraram analisar e diagnosticar os problemas de seu tempo, tomou como princípio as condições históricas da primeira metade do século XIX, quando os conflitos de interesses tornavam-se mais agudos. De um lado, uma aristocracia

decrépita que se agarrava aos seus últimos privilégios herdados do feudalismo. De outro, uma burguesia em ascensão que aspirava a consolidação do Estado burguês.

Dessa forma, a proposição filosófico-pedagógica de Comte não pode ser compreendida isoladamente das condições materiais em que foi forjada. Ela é fruto da ascensão econômica da burguesia e de suas lutas contra o clero e a aristocracia feudal. Sabemos que o pensamento desse período, de modo geral, foi marcado pela ascensão econômica e política da burguesia e tendeu a refletir as ideias, interesses e necessidades dessa classe, à custa do crescimento da miséria da classe trabalhadora. Pode-se dizer que ele expressou, embora de diferentes formas e em graus variados, três valores básicos da sociedade burguesa: a liberdade; o individualismo e a igualdade, obviamente, com todas as implicações que estes termos possam evidenciar, em especial, como garantia da propriedade privada.

O desenvolvimento científico e industrial era entendido como alicerce da sociedade burguesa. Por isso, é fundamental que se busque a compreensão de suas propostas em sua totalidade, a fim de desvelar o sentido que suas ideias representam para a defesa da ordem burguesa no século XIX.

Era o momento de afirmação do modo de produção capitalista e do modo de produção fundado na produção social e apropriação individual com o acirramento entre as classes. Assim, a produção comteana e, sobretudo, o positivismo, expressaram de forma sintética uma resposta burguesa para o advento de duas revoluções que marcaram a consolidação do capitalismo: A Revolução Industrial e a Revolução Francesa.

A Revolução Industrial expressou a vitória da burguesia que após um longo processo de acumulação de capitais em suas mãos, também passou a controlar o Estado. Seu domínio econômico traduziu-se no poder político. Por outro lado, expropriado dos meios de produção, coube ao trabalhador vender-se no mercado em troca do necessário para sua pobre existência. O avanço das máquinas aniquilou as antigas relações de produção para erigir uma sociedade contraditória. Tais transformações produziram novas realidades. A acelerada urbanização implicou em novas relações no campo: a servidão foi destruída ao mesmo tempo em que a atividade artesanal perdia espaço para o produto industrializado.

As consequências do avanço das relações capitalistas foram traumáticas para milhares de pessoas. Homens, mulheres e crianças, eram submetidos a longas jornadas de trabalho, de pelo menos doze horas diárias, sem férias ou feriados. Em alguns segmentos da indústria inglesa, mulheres e crianças compunham mais da metade dos trabalhadores, pois recebiam salários menores aos dos homens (MARX, 1996).

Com a Revolução industrial modificaram-se as condições de trabalho, existência e hábitos de vida. Cidades cresceram de forma acelerada sem um mínimo de condições estruturais para receber os novos trabalhadores que buscavam empregos na nascente indústria. Não por acaso, a questão social ganhou contornos dramáticos: o suicídio; o alcoolismo; a prostituição e a violência cresceram de forma sistemática. O cenário de miséria tornava-se insuportável diante do contraste de riqueza auferida pela burguesia que se consolidava.

Os efeitos produzidos pelo processo de industrialização levaram os trabalhadores a organizarem-se em lutas contra a exploração do trabalho. A princípio, a revolta não questionou a ordem capitalista em si, mas a tirania dos capatazes ou chefes imediatos, que se desdobrou em um segundo momento no ludismo, ou seja, a quebra das máquinas e destruição de fábricas. Posteriormente, já nos anos finais da primeira metade do século, os segmentos mais combativos da

classe operária passam a lutar pelo direito de voto e pela superação da ordem burguesa.

Dessa forma, a partir da luta de classes, foram forjadas experiências que elevaram o nível de consciência dos trabalhadores. Certamente, Comte estava a par dos acontecimentos e “enxergava” um estado de desorganização social e quebra “das regras morais”, as quais, segundo ele, deveriam conduzir a sociedade.

No entanto, antes mesmo da organização dos trabalhadores em sindicatos, mas concomitante aos primórdios da industrialização, a Revolução Francesa constituiu-se no momento emblemático da destruição do Antigo Regime. Diante da profunda crise desse Regime e de uma aristocracia que ambicionava restaurar seus privilégios, a burguesia constituiu-se como a liderança que impulsionou o processo revolucionário.

O movimento revolucionário francês de 1789 não apenas transformou a estrutura do Estado, mas aboliu de forma radical as antigas estruturas sociais, com suas instituições tradicionais, seus hábitos e costumes nobiliárquicos, e ao mesmo tempo promoveu mudanças na economia, na política, na vida cultural, entre outras. É dentro desse cenário que ocorreram a abolição das corporações e a promulgação de leis que limitaram os poderes patriarcais na família, limitando a autoridade do pai. A revolução desferiu igualmente seus golpes contra a Igreja, confiscando propriedades, abolindo os votos monásticos e transferindo para o Estado as funções da educação, tradicionalmente controladas pela Igreja (MARTINS, 1984).

De fato, foram significativas as mudanças ocorridas no interior da sociedade francesa pós 1789. No entanto, os sonhos pueris burgueses de uma harmonia social não se concretizaram. O impacto do terror jacobino e a radicalização das propostas dos segmentos identificados com os trabalhadores assustaram os novos donos do poder.

O golpe bonapartista do 18 Brumário (9 de novembro de 1799 no calendário gregoriano) foi um passo importante para a consolidação da ordem burguesa. Iniciava-se em caráter definitivo a construção de uma nova era. Nesse sentido, o Código Civil napoleônico, a Concordata com a Igreja Católica e a criação do Banco Nacional materializaram as ações do Estado na organização de uma sociabilidade burguesa.

Contudo, a memória da revolução não foi apagada por uma nova constituição ou pela repressão do Estado. A Revolução aboliu os privilégios da nobreza, mas não tocou nos privilégios originários da apropriação privada dos meios de produção. Pode-se dizer que essa Revolução, marcou o fim do Antigo Regime e o início de uma “nova era”, à medida que, extinguiu a propriedade feudal em nome de todo o Terceiro Estado, mas o fez em proveito dos interesses da burguesia. Dessa forma, os benefícios da nova ordem que nasceu da revolução estavam limitados aos interesses de uma classe, a burguesia, pois a margem entre as afirmações e as realizações práticas é ampla (LOPES, 1981).

A desigualdade estrutural de uma sociedade dividida em classes alimentava as tensões sociais. As contradições não resolvidas pela revolução e o temor de novos levantes revolucionários levou a burguesia a deixar de lado a bandeira da “igualdade” que nunca foi levada até as últimas consequências, e nem poderia, para se tornar uma classe cada vez mais conservadora.

Nesse cenário de transformações e incertezas para a burguesia francesa, diferentes intelectuais do período, tais como Saint-Simon (1760-1825), Comte (1798-1857), Le Play (1806-1882), entre outros, buscaram alternativas para o que julgavam

o estado de desordem, inquietação, caos e rebelião em que se encontrava a sociedade (MARTINS, 1984).

Diante das incertezas e questões que se colocavam no período, Auguste Comte emerge como um intelectual convicto em defesa da ordem. Sua obra traduziu a utopia burguesa na tentativa de abolir a luta de classes. Não por acaso, a epistemologia positivista alicerçou-se em uma proposta de neutralidade, deixando marcas no âmbito da produção acadêmica. Na interpretação comteana, far-se-ia necessária uma reforma para superar os conflitos, porém para alcançar tais desígnios era forçoso compreender a sociedade de forma científica.

Segundo Löwy (1998), o positivismo está fundamentado em certo número de premissas que estruturam um sistema coerente e operacional, são elas: a) a sociedade obedece a leis naturais, independentes da vontade e da ação humanas; b) a sociedade pode, portanto, ser estudada e compreendida pelas leis da natureza; c) as ciências sociais, assim como as da natureza, necessitam limitar-se tão somente à observação e à explicação neutra causal dos fenômenos, de forma clara, neutra, objetiva e livre de julgamentos de valor (LÖWY, 1998).

No cenário em que as revoluções pairavam no horizonte europeu, a apologia ideológica de uma ciência natural, no qual a observação dos fenômenos sociais deveria ser submetida às leis invariáveis da natureza, ganhou espaço e constitui-se em uma das armas do capital na luta pela preservação da ordem social.

A proposta educacional de Comte

No cenário das transformações oriundas do avanço da Revolução Industrial ao encerrar a luta com os resquícios da sociedade feudal, ocorreram profundas mudanças nas relações econômicas, políticas e sociais. Auguste Comte (1978), diante das transformações perturbadoras, defendeu a reorganização da sociedade segundo os critérios do modelo positivista de ciência. Para ele, seria imperativo que os homens adquirissem novos hábitos de pensar conforme o estado das ciências de seu tempo.

Antes de prosseguirmos, faz-se necessário ter clareza de que a perspectiva defendida por Comte está vinculada a determinadas posições sociais, isto é, aos interesses e à situação de determinados grupos e classes sociais para garantir a ordem social. Isto posto, o positivismo constituiu-se como uma corrente científica que, na prática, buscou a cooptação social dos trabalhadores, no sentido de respaldar a existência das desigualdades sociais como algo natural.

Ora, assim, o estudo das ideias do autor é um requisito importante para a compreensão de seus propósitos. Da mesma forma, é importante ter clareza de que as ideias não possuem autonomia diante do mundo material. Apesar de uma vida pessoal conturbada, atravessada por muitos conflitos, Comte elaborou uma extensa produção teórica e empreendeu um grande plano de reorganização da sociedade, no qual criava a física social e, por fim, a Religião da Humanidade.

Segundo o filósofo existiria uma regularidade que regia as leis sociais assim como as que regem as leis naturais, portanto, a teoria social segundo o positivismo, deveria ter o mesmo *status* de todas as outras ciências naturais, já que obedeciam aos mesmos princípios gerais. Desse modo, entre “[...] 1830 e 1848 Comte criou a Sociologia, a ciência do progresso dentro da ordem, em seguida voltou-se para a prática política, organizando a Sociedade Positivista de Paris e, finalmente, idealizando e concretizando a Religião da humanidade” (BENOIT, 2006, p. 8). Nessa religião, os representantes da espiritualidade são os homens e mulheres

expoentes de sabedoria e ciência, enquanto a figura de Clotilde de Vaux simbolizava a figura maternal, elevada aos altares dos templos positivistas. Comte, como intelectual identificado com a defesa da ordem, aspirava pela construção de uma sociedade em que cada indivíduo soubesse exatamente o papel que lhe era reservado. Porém, sua produção não objetivava a restauração do Antigo Regime, anterior ao período de 1789, que muitos reacionários aspiravam, mas a defesa de uma ordem industrial, contendo o desenvolvimento das ciências e da indústria (LÖWY, 1998).

Não podemos nos esquecer de que sua trajetória ocorre em uma França marcada pelo clima pós-revolucionário de 1789. A burguesia buscava consolidar-se no poder ao mesmo tempo em que emergiam as agitações operárias. Cabe enfatizar que a ideia de neutralidade científica diante dos conflitos era um instrumento ideológico em defesa da ordem burguesa. Nesse âmbito, o conhecimento se ilustra por si mesmo, carecendo tão somente ao pesquisador recuperá-lo e demonstrá-lo, nas suas palavras: “Nossas pesquisas positivas devem essencialmente reduzir-se, em todos os gêneros, à apreciação sistemática daquilo que é, renunciando a descobrir sua primeira origem e seu destino final” (COMTE, 1978, p. 49).

Para Comte, as convulsões sociais, entendidas como estado de “anarquia” e “desordem”, demandavam uma solução racional e científica. Dessa maneira, analisou a sociedade por meio do que considerava como “física social”, ou seja, uma ciência social que necessitaria ser estudada da mesma forma que as demais disciplinas das ciências naturais. Para o autor, era fundamental compreender as leis que regem os fenômenos da sociedade sem, contudo, buscar sua gênese. Como desdobramento desses pressupostos, verifica-se em Comte o desejo de abolir as discussões, consideradas por ele, estéreis e, ao mesmo tempo, formar uma moral universal que propicie a manutenção da ordem.

A inaptidão para a vida real, o desdém pelas profissões vulgares, a impotência para apreciar convenientemente alguma concepção positiva e a antipatia contra ela que disso tudo logo resulta os predispõem muito frequentemente hoje a secundar uma estéril agitação metafísica. Inquietas pretensões pessoais, desenvolvidas por essa desastrosa educação, não tardam em transformá-la em perturbações políticas, sob a influência direta duma viciosa erudição histórica que, fazendo prevalecer uma falsa noção do tipo social próprio da Antiguidade, impede-os comumente de compreender a sociabilidade moderna (COMTE, 1978, p. 15).

Comte, então, por meio de suas pesquisas, desenvolve a filosofia positiva, que tem seus princípios centrados na questão do dever, com o intuito de substituir a infrutífera discussão sobre os direitos. Acreditar que os homens nascem livres e iguais tratava-se de uma ilusão da metafísica revolucionária.

Como se observa, o filósofo objetivava afastar a ameaça representada pelas ideias revolucionárias, anárquicas, críticas e dissolventes do tecido social. Por isso, em seus postulados, admitia explicitamente a perspectiva conservadora que propugnava.

Ele (o positivismo) tende poderosamente, por sua natureza, a consolidar a ordem pública, através do desenvolvimento da sábia resignação. Evidentemente só é possível haver uma verdadeira **resignação**, isto é, uma permanente disposição para suportar com constância e sem nenhuma esperança de compensação, qualquer

que seja, os males inevitáveis que regem os diversos gêneros de fenômenos naturais, a partir de uma profunda **convicção da invariabilidade das leis**. E, pois, exclusivamente com a filosofia positiva que se relaciona tal disposição, em qualquer tema que ela se aplique, e, por conseguinte, em relação também aos males políticos (COMTE *apud* LÖWY, 1998, p. 25) (grifo nosso).

Comte aponta para uma ordem imutável no universo e na natureza. Por isso, o conhecimento das leis é uma condição necessária para o restabelecimento da ordem como fundamento para o desenvolvimento, o que induziria a construção de uma nova sociedade. Tendo como pressuposto de ordenamento na natureza e da imutabilidade de suas leis e de uma lógica ordenação do conhecimento, o autor propõe uma classificação para as ciências.

Tal classificação, para Comte, se constitui em uma hierarquia rigorosa, não existindo qualquer possibilidade de que os fenômenos mais particulares, como por exemplo, os fenômenos químicos, desempenhem qualquer tipo de influência sobre fenômenos mais gerais, como, por exemplo, os fenômenos físicos (ANDERY; SÉRIO, 1996).

Assim, Comte hierarquiza cinco ciências fundamentais como a Astronomia, a Física, a Química, a Filosofia e, enfim, a Física Social.

A primeira considera os fenômenos mais gerais, mais simples, mais abstratos e mais afastados da humanidade, e que influenciam todos os outros sem ser influenciados por estes. Os fenômenos considerados pela última são, ao contrário, os mais particulares, mais complicados, mais concretos e mais diretamente interessantes para o homem; dependem mais ou menos, de todos os precedentes, sem exercer sobre eles influência alguma. Entre esses extremos, os graus de especialidade, de complicação e de personalidade dos fenômenos vão gradualmente aumentando, assim como sua dependência sucessiva. Tal é a íntima relação geral que a verdadeira observação filosófica, convenientemente empregada, ao contrário de vãs distinções arbitrárias, nos conduz a estabelecer entre as diversas ciências fundamentais. Este deve ser, portanto, o plano deste curso (ANDERY; SÉRIO, 1996, p. 386).

Comte aponta em sua proposta que todas as ciências devem se utilizar de um método único, o que não significa os mesmos procedimentos de investigação para todas as ciências. Trata-se de procedimentos específicos ajustados fundamentalmente aos seus respectivos objetos. De tal modo, por exemplo, a química emprega a experimentação, enquanto a biologia deve valer-se da comparação e classificação.

A unidade era compreendida por Comte como a aplicação da filosofia positiva a todos os ramos do conhecimento, e, dessa forma, pode-se compreender como unidade do método a aplicação de métodos que levem à descoberta e descrição das leis que regem os fenômenos, a partir dos fatos e do raciocínio que permitem relacioná-los segundo essas leis, a fim de obter um conhecimento positivo que, como já foi afirmado, deve ser real, útil, preciso, certo, que objetiva organizar e não destruir (ANDERY; SÉRIO, 1996).

Isto posto, faz-se necessário esclarecer que Comte utiliza o termo Filosofia na definição geral dos antigos filósofos, especialmente Aristóteles, como definição do sistema geral do conhecimento humano; e o adjetivo positivo assinala, segundo

ele, o real frente ao ilusório, o útil frente ao inútil, a segurança frente à insegurança, o preciso frente ao indefinido, o relativo frente ao absoluto (RIBEIRO JR., 1988).

No desenvolvimento do espírito humano Comte preconiza uma lei fundamental que denomina como Lei dos Três Estados: Estado Teológico (que compreende três dimensões distintas e subsequentes, porém, inter-relacionadas, o fetichismo, politeísmo e monoteísmo); Estado Metafísico; Estado Positivo (científico). Neste último, o objeto da ciência é aquele que está sujeito ao método da observação e da experimentação. Deste modo, considerando a concepção biológica da sociologia, Comte compreende a sociedade como um organismo vivo cujas partes que o constituem são diferentes entre si, mas solidárias, pois se organizam para a conservação do todo.

Benoit (2006) afirma que a lei dos três estados de Comte, é um dos principais pontos de sua teoria, o positivismo. Comte, ao escrever sobre isso, dizia ter descoberto que todas as sociedades foram teológicas em seus fundamentos sociais, depois se tornaram metafísicas, e somente chegariam ao estado de civilização definitivo por meio da ciência positiva.

Ao conceber a sociedade em termos harmônicos e por meio de leis biológicas, Comte compreende que a evolução da sociedade não comporta revoluções. A identidade entre a “física social” e as ciências naturais demonstra, em última análise, o pressuposto fundamental do discurso comteano: a rigorosa identificação entre sociedade e natureza; a dominação da vida social por “leis naturais invariáveis”. Aliás, os fenômenos econômicos são citados com frequência como exemplo das leis naturais que o regem.

A nova filosofia de Comte (1978) parte da premissa de que é no estado positivo que o homem reconhece o equívoco de obter noções absolutas.

[...] Nas leis dos fenômenos consiste realmente a ciência, à qual os fatos propriamente ditos, em que pese a sua exatidão e a seu número, não fornecem mais do que os materiais indispensáveis. Ora, considerando a destinação constante dessas leis, pode-se dizer, sem exagero algum, que a verdadeira ciência, longe de ser formada por simples observações, tende sempre a dispensar, quanto possível, a exploração direta, substituindo-a por essa previsão racional que constitui sob todos os aspectos, o principal caráter do espírito positivo, como o conjunto dos estudos astronômicos nos fará sentir claramente. Tal previsão, consequência necessária das relações constantes descobertas entre os fenômenos, não permitirá nunca confundir a ciência real com essa vã erudição, que acumula maquinalmente fatos sem aspirar deduzi-los uns dos outros. Esse grande atributo de todas as nossas especulações sadias não interessa menos à sua utilidade efetiva do que à sua própria dignidade; pois a exploração direta dos fenômenos acontecidos não bastará para nos permitir modificar-lhes o acontecimento, se não nos conduzisse a prevê-los convenientemente. Assim, o verdadeiro espírito positivo consiste sobretudo em ver para prever, em estudar o que é, a fim de concluir disso o que será, segundo o dogma geral **da invariabilidade das leis naturais** (COMTE, 1978, p. 50) (grifo nosso).

Comte buscou oferecer, por meio da “física social”, uma direção que deveria fundamentalmente proceder em suas pesquisas com o mesmo estado de espírito que conduzia a astronomia ou a física rumo a suas descobertas. A matemática, a

astronomia, a física, a química e a biologia eram ciências que já se encontravam formadas, faltando apenas fundar a “física social” entendida por ele como sociologia. Em outras palavras, a sociologia deveria, tal qual as demais ciências, aplicar-se à investigação dos acontecimentos constantes e repetitivos da natureza, limitando-se a constatar sua “natureza” e a inevitabilidade das leis invariáveis. Como se percebe, o positivismo é uma proposta epistemológica que defende de um lado, o experimentalismo sistemático e, de outro, considera metafísico todo o estudo das causas finais. Desse modo, o método positivista não confere à ciência mais do que o estudo dos fatos e suas relações, fatos esses somente percebidos pelos sentidos exteriores.

Comte avaliava como um dos aspectos centrais de sua sociologia a reconciliação entre a “ordem” e o “progresso”, defendendo a importância destes elementos para a nova sociedade, tomando o amor como princípio. Para o autor, o erro dos conservadores ao propugnarem pela restauração do velho regime feudal era a defesa da ordem em detrimento do progresso. Opostamente, argumentava, os segmentos revolucionários preocupavam-se apenas com o “progresso”, desprezando o imperativo de ordem na sociedade. A sociologia comteana compreendia que a ordem existente era o ponto inicial para a construção da nova sociedade. Comte admitia a realização de reformas – mudanças que seriam comandadas pelos cientistas e industriais –, de tal modo que o progresso constituiria uma decorrência das ações promovidas dentro da ordem (MARTINS, 1984).

Nesse sentido, a filosofia comteana não se preocupa em indagar sobre a origem e o destino do universo ou conhecer as causas íntimas dos fenômenos, mas sim em descobrir, pelo uso conjugado do raciocínio e da observação, as suas leis efetivas, isto é, as suas relações invariáveis de sucessão e semelhança.

O objetivismo intrínseco a essa epistemologia restringe a produção do conhecimento científico a um conjunto de fatos estruturados por leis, sem problematizar o ato da constituição dos fatos ou a participação do sujeito cognoscente nesse processo. Nesses termos, a história é compreendida por Comte como uma evolução linear, que implica na superposição, o melhoramento, um caminho predeterminado, mas nunca por meio da ruptura. Por isso, o apelo à ordem, que não comporta saltos, revoluções ou transformações violentas. Nessa perspectiva, cabe ao indivíduo o papel de aceitação das leis naturais, conhecendo-as e resignando-se diante da impossibilidade de ruptura.

Para a nova filosofia, a ordem constitui sem cessar a condição fundamental do progresso e, reciprocamente o progresso vem a ser meta necessária da ordem; como no mecanismo animal, o equilíbrio e a progressão são mutuamente indispensáveis, a título de fundamento ou destinação (COMTE, 1978, p. 67).

Desse modo, Comte julga que a sociedade depende e precisa de ordem para progredir, supõe como decorrência, que necessita igualmente de instituições fortes e permanentes, além da existência de diferentes grupos sociais e de uma coexistência harmoniosa entre eles. Nesse sentido, a ciência positiva nas intenções do intelectual em questão, possibilitaria a ordem e desenvolveria uma moral genericamente universal. Sobre isso, assim afirmava, “Como seu primeiro e principal resultado social consistirá em formar solidamente uma moral ativa universal, prescrevendo a cada agente individual ou coletivo, as regras de conduta conformes a harmonia fundamental” (COMTE, 1978, p. 86). Em outras palavras: instituir a ordem; desenvolver a moral a partir de princípios burgueses e manter a sociedade,

sobretudo, a classe trabalhadora, conformada com o estrato social ao qual pertencia.

Trata-se, em última instância, de uma concepção biológica da sociedade, em que o autor a compreende de forma análoga a um organismo vivo cujas partes que o compõem são heterogêneas, porém solidárias, pois se orientam para a preservação. Dessa forma, cada órgão possui uma tarefa que lhe é específica e contribui para a conservação do todo.

É esse entendimento que origina um programa social descolado de qualquer projeto revolucionário, mas que implica, isto sim, em forjar condições para que os elementos necessários à sociedade sejam preservados. É desta maneira que deve ser analisado seu programa social, fundamentado em dois pilares importantes: uma educação universal, que proporcione aos homens (especialmente os trabalhadores) a certeza da imutabilidade das leis naturais a que estão submetidos, e trabalho para todos, o que possibilita que cada indivíduo exerça seu papel social.

Dessa forma, se a insubordinação ao poder perverte a ordem natural existente, a educação deve objetivar informar ao indivíduo sobre a ordem, ou seja, como as leis naturais regem a sociedade. O caráter e a ambição de compreender a sociedade como um todo orgânico, que não pode ser subvertido, vinculam-se aos interesses da burguesia. Assim, Comte apontava para a necessidade do proletariado reconhecer a filosofia positivista como forma de prepará-lo para a submissão às leis da natureza. A propósito, Comte contextualiza sua obra no que classifica como um período de transição da sociedade teológica com a substituição do poder sacerdotal pelo científico, em uma disputa com o espírito metafísico.

Por isso, suas reflexões são motivadas pelo que considerava o estado de desordem social. Em seu entendimento, as ideias religiosas perderam força na condução dos homens e as ideias iluministas se mostravam incitadoras da desunião entre os homens, pois, “Só a filosofia positiva pode ser considerada a única base sólida da reorganização social, que deve terminar o estado de crise no qual se encontram, há tanto tempo, as nações mais civilizadas” (COMTE, 1978, p. 17).

Desse modo, compreende-se porque Comte defende a manutenção da ordem e não a alteração da ordem material naturalmente dada. Sua proposta sinaliza para construção de uma nova ordem moral, que permitiria as reformas necessárias ao desenvolvimento harmonioso da sociedade, instituindo um conjunto de crenças comuns aos homens. Em seus escritos, a criação da filosofia positiva representaria o triunfo final do positivismo no pensamento humano, o coroamento da evolução do conhecimento científico.

O catecismo positivista e a educação para Comte

Diante dos problemas colocados pelos conflitos de classe na primeira metade do século XIX, Comte traduziu os interesses da burguesia. Por isso, sua doutrina indicava a necessidade de dotar os indivíduos de preceitos morais que demonstrassem a cada um o seu verdadeiro papel para a harmonia social.

[...] Numa palavra, o povo está naturalmente disposto a desejar que a vã e tempestuosa discussão dos direitos seja enfim substituída por uma fecunda e salutar apreciação dos diversos deveres essenciais, quer gerais, quer especiais. [...] Trata-se, com efeito, de assegurar convenientemente a todos, primeiro, uma educação normal, depois o trabalho regular. Tal é, no fundo, o verdadeiro programa social dos proletários. [...] Importa somente acrescentar que a concentração

necessária de nossos pensamentos e de nossa atividade sobre a vida real da Humanidade, afastando toda vã ilusão, tenderá especialmente a fortificar muito a adesão moral e política do povo propriamente dito à verdadeira filosofia moderna (COMTE, 1978, p. 86-87).

Como se vê, Comte indicava idealisticamente os instrumentos para construção de uma moral universal. Nas circunstâncias idealizadas pelo autor, cabia à mulher o papel de mãe e primeira educadora. Se a ambição do positivismo é a regeneração da humanidade, a educação surge como um aspecto importante de unidade do sistema. O primeiro atributo é o autoritarismo educacional, subordinando a inteligência individual à sociabilidade oriunda do primeiro elemento educativo: a mulher. A educação intelectual é definida como assimilação individual dos valores do conhecimento, mas submetida à marcha do espírito humano (BERGO, 1983).

Na perspectiva comteana, a mulher é representada como a primeira educadora natural, responsável pela formação dos homens, que aqui combina com a noção de subordinação às regras estabelecidas pela sociedade.

Como o principal ofício das mulheres consiste em formar e aperfeiçoar os homens, seria tão absurdo quanto injusto glorificar um bom cidadão, se se deixasse de honrar a mãe, a esposa, etc., a quem foi devido sobretudo o sucesso dele (COMTE, 1978, p. 184).

Em sua produção, como já demonstrado, não há questionamentos em relação ao *status quo* e muito menos uma crítica à desigualdade gerada pelas relações capitalistas. Por isso, a concepção educacional presente em sua obra se pauta pela transmissão de valores morais. Por outro lado, Comte demonstra que a insurgência contra a natureza dos fatos levará necessariamente à degradação. É o que ocorre, por exemplo, quando a mulher ocupa papéis que não são de sua natureza:

A MULHER – [...] Mas a degradação moral tem-me parecido ainda maior quando a mulher se enriquece pelo seu próprio trabalho. A afeição contínua do lucro faz-lhe perder então aquela benevolência espontânea que o outro tipo conserva em meio de suas dissipações. Não podem existir piores chefes industriais do que as mulheres [...].

O SACERDOTE – [...] Agora, porém, só deveis apreciar nela sua aptidão doméstica para purificar e consolidar todos os laços elementares, libertando-os dos ignóbeis votos que hoje os maculam. É o único meio de tornar o afeto dos filhos pelos pais, se não tão terno, ao menos tão nobre quanto o das mulheres pelos maridos. A amizade fraternal ficará, assim, mais bem garantida do que pela igualdade revolucionária das partilhas, ou mesmo do que segundo a subordinação feudal aos primogênitos (COMTE, 1978, p. 275).

Em o Catecismo Positivista, Comte utiliza o artifício de um diálogo entre o sacerdote e uma mulher para sistematizar por meio da fala do primeiro, a proposta de reforma moral, o que inclui a educação e a religião universal, com objetivo de manutenção da ordem.

O principal artifício do aperfeiçoamento humano consiste, ao contrário, em diminuir a indecisão, a inconsequência e a divergência

de quaisquer de nossos desígnios, vinculando-os a motivos exteriores, àqueles hábitos intelectuais, morais e práticos que emanam no início de fontes puramente interiores. Pois todos os vínculos mútuos de nossas diversas tendências são incapazes de assegurar sua fixidez, até que encontrem fora um ponto de apoio inacessível a nossas variações espontâneas (COMTE, 1978, p. 110).

Assim, a religião positivista constituía-se em um instrumento para promoção do aperfeiçoamento moral, intelectual e prático da humanidade. Dentro da perspectiva comteana, a humanidade é o Grande Ser que expressa idealisticamente a comunhão de todos os homens em fraternidade universal.

Ainda que se colocasse contrário à teologia e à metafísica, que considerava as manifestações ilusórias, além de considerar a religião como incapaz de responder positivamente pelas demandas do progresso, Comte não escondia sua admiração pelo catolicismo, pois o enxergava como exemplo de hierarquia. Não por acaso, tomou-o como modelo. No positivismo, tal qual o catolicismo, observa-se veneração de “santos padroeiros”, isto é, as figuras ilustres, cujas lembranças são sempre exaltadas como modelo aos homens.

A preocupação de Comte orientava-se pela moral, que nasce da harmonia e fraternidade entre os homens. Em última instância, o que determina se uma resolução é boa ou ruim é saber se ela está em consonância com essa moral. É de se notar que no entendimento de Comte, a construção da moral positivista deve ser guiada pela Religião da Humanidade com o propósito de criar a coesão e o altruísmo entre os homens.

A religião consiste, pois, em regular cada natureza individual e em congregar todas as individualidades; o que constitui apenas dois casos distintos de um problema único. Porquanto todo homem difere sucessivamente de si mesmo tanto quanto difere simultaneamente dos outros; de maneira que a fixidez e a comunidade seguem leis idênticas. Não podendo semelhante harmonia, individual ou coletiva, realizar-se nunca plenamente em uma existência tão complicada como a nossa, esta definição da religião caracteriza, portanto, o tipo imutável para o qual tende cada vez mais o conjunto dos esforços humanos. Nossa felicidade e nosso mérito consistem sobretudo em nos aproximarmos tanto quanto possível dessa unidade, cujo surto gradual constitui a melhor medida do verdadeiro aperfeiçoamento, pessoal ou social (COMTE, 1978, p. 139).

Nesse sentido, o positivismo não admite senão deveres de todos para com todos, da mesma forma que não há espaço para a ideia de soberania popular, pois a percepção positivista se funda num despotismo espiritual e temporal, já que adota o princípio da força como fundamento do governo (RIBEIRO JR., 1988). Além disso, Comte entendia que a participação dos trabalhadores nas questões de cunho político não era salutar para a manutenção da harmonia social. Tendo em vista que as discussões em uma dimensão política não eram acessíveis a todos (ao povo, nesse caso, a classe trabalhadora), portanto, caberia a parcela da população preparada para tal, restando aos trabalhadores a participação na ordem moral apenas. Sobre isso, assim assevera,

Se o povo está agora e deve permanecer a partir desse momento indiferente a posse direta do poder político, nunca pode renunciar à

sua indispensável participação contínua no poder moral. Este é o único verdadeiramente acessível a todos, sem perigo algum para a ordem universal, muito pelo contrário: traz-lhes grandes vantagens cotidianas autorizando cada um, em nome de uma doutrina fundamental, a chamar convenientemente as mais altas potências a seus diversos deveres essenciais (COMTE, 1978, p. 86).

De fato, o conservadorismo de Comte se situa na sua própria concepção de método, pois permite legitimar constantemente, por meio de argumentos científico-naturais, a ordem do capital. Nesses termos, o tratado filosófico-pedagógico do autor francês se adequava perfeitamente aos sonhos pueris da burguesia que ansiava pelo fim das lutas de classes.

Diante das transformações e contradições ocorridas ao longo do século XIX, geradas pelo processo de industrialização, a burguesia não possuía mais condições objetivas de negar um mínimo de educação escolar. As máquinas não poderiam ser operadas ou mantidas de forma eficiente pelo ínfimo conhecimento que era destinado aos servos e escravos de outrora. O novo modelo de produção exigia um mínimo padrão de conhecimento. Ao lado de operários com uma formação mínima, o capital exigia trabalhadores com uma formação especializada. O progresso científico, por exemplo, ampliava o número de materiais úteis e suas aplicações na esfera produtiva (PONCE, 2001).

A partir da Revolução Industrial, num país após o outro, o capitalismo passa a dominar a economia de mercado e esta passa a abarcar a maior parte das atividades econômicas. A ofensiva capitalista tem como motor o desenvolvimento das forças produtivas [...] mediante o progresso das ciências físicas e a sistemática aplicação dos seus resultados na atividade produtiva. A pesquisa científica é realizada em escala crescente, em universidades e instituições públicas e privadas, contando com amplo financiamento, proveniente, em parte, do orçamento governamental e, em parte, de doações privadas, estas últimas em geral estimuladas por generosas isenções fiscais. [...] o ensino científico foi transformado em função das necessidades do novo modo de produção. [...] O extraordinário desenvolvimento das forças produtivas alcançado pelo capitalismo industrial resulta tanto do fomento da atividade científica como da estreita interligação dos laboratórios com as fábricas, estas recebendo, com rapidez, os resultados das pesquisas e os aplicando à produção [...] (SINGER, 1983, p. 20-21).

O imperativo de satisfazer às demandas das forças produtivas exigia a formação de um trabalhador formado para a manutenção da ordem burguesa. Nesse aspecto, o ideário positivista também se fez presente entre aqueles que almejavam a organização da sociedade em bases científicas.

Nesse cenário, caberia à educação o papel de formar hábitos, caráter, padrões morais e intelectuais. É importante frisar que a partir do ideário positivista, as mulheres e os proletários representavam a sabedoria natural, desinteressada, carregada de amor e virtude. Ambos tinham a missão de disseminar a paz e o amor na constituição da harmonia social (SILVA, 2016).

As proposições em defesa do ensino laico contra o ensino de caráter religioso e humanista, a organização das disciplinas de forma fragmentada, a comemoração das datas cívicas, não mais religiosas, o ensino da moral, denotam a

busca pela educação voltada ao desejo de fortalecimento da ordem de forma harmônica e sem conflitos.

Destaca-se a organização hierárquica das ciências indicada por Comte que teve efeitos na ordenação curricular das disciplinas ministradas nas escolas e no conhecimento fragmentado que induziu à organização curricular multidisciplinar, limitando as possíveis relações entre disciplinas. A classificação comteana das ciências (Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia e Sociologia), contribuiu para exaltar e defender a ascendência das Ciências Exatas sobre as Ciências Humanas, favorecendo o ensino destinado à capacitação técnica-científica do proletariado para a indústria em ascensão e proporcionar a entrada de novos profissionais no mercado de trabalho para exercer a tarefa que lhes fora atribuída, suprimindo a reflexão sobre as contradições sociais e de existência que pudessem contribuir para levantes e o rompimento da ordem burguesa.

Esse espírito de conservação da ordem burguesa se manifesta também em Durkheim, autor identificado com a obra de Comte:

Nem todos foram feitos para refletir. São necessários também homens de intuição e de ação.

Precisamos limitar o nosso horizonte, escolher uma tarefa definida, levar a especialização até onde a necessidade exige.

É preciso que cada um aprenda a desempenhar desde cedo sua própria função de membro da sociedade, amar as tarefas circunscritas e os horizontes definidos.

A personalidade individual se desenvolve *pari passu* com a divisão do trabalho (DURKHEIM *apud* MANACORDA, 1996, p. 300).

A separação entre trabalho manual e intelectual expressou as especificidades das relações materiais do período em tela. Assim, o ensino profissional era destinado aos filhos da classe trabalhadora e o ensino científico e intelectual aos que comandavam o processo produtivo. A dualidade educacional expressava a divisão presente no interior da sociedade. Nesse aspecto, as proposições positivistas para educação exerceram um papel fundamental na legitimação do ordenamento capitalista.

Nesses termos, é impossível dissociar as proposições positivistas de Comte do projeto burguês. Não por acaso, suas ideias foram incorporadas pelos apóstolos do capital com o propósito de educação e formação do “novo” trabalhador. Por isso, não é possível pensar a educação desvinculada da ordem material que a forjou.

Considerações finais

O propósito do presente artigo foi analisar as origens do corpo doutrinário de Comte e, ao mesmo tempo, investigar como sua filosofia constituiu-se em uma resposta da burguesia para os problemas que enfrentou no cenário pós Revolução de 1789.

Como se sabe, Auguste Comte viveu a maior parte de sua vida em Paris. Por isso, teve a oportunidade de vivenciar ao longo da primeira metade do século XIX os conflitos que teve como palco a capital francesa. Para o filósofo francês, a passagem de uma sociedade em convulsão para uma sociedade ordeira e pacífica só seria plausível por meio do conhecimento positivo. Tal conhecimento não poderia ser aquilo que considerava teológico ou metafísico, mas aquele baseado em fatos,

pois por meio deles seria possível encontrar as leis que regem a sociedade, e, dessa forma, promover o progresso.

Isto posto, a defesa da “ordem e progresso” constituiu-se em um elemento importante para os interesses da burguesia. Em síntese, o filósofo defendia a conciliação dos interesses ou, para ser mais preciso, a obediência dos trabalhadores aos senhores da indústria. Comte afirmava ser imprescindível para a manutenção da ordem social o amor e a solidariedade entre os inferiores e superiores, sentimentos que possibilitam a convivência entre burgueses e proletários de forma pacífica, respeitando-se a autoridade exercida pelos superiores.

Comte edificou o arcabouço teórico do positivismo buscando um modelo de educação ideal, a conservação da ordem e a continuidade do progresso científico. Para tanto, na figura da mãe, a primeira educadora, a difusão dos valores morais que devem sustentar a sociedade. Nesses termos, o positivismo almejava a reforma moral, formando e conscientizando os trabalhadores a partir do espírito positivo, persuadindo-os a acatarem as divisões entre os homens decorrentes das leis naturais. Trata-se, em outras palavras, de manter a estrutura social, mas jamais revolucioná-la. Não se questiona a sociedade de classes e muito menos as desigualdades forjadas pela apropriação privada dos meios de produção.

Por fim, não há como negar que as proposições de Comte procuram eliminar a luta de classes por meio de propostas que invertem a realidade. As reformas presentes no âmbito do arcabouço positivista não eliminam as contradições estruturais do capitalismo decrépito. No entanto, os seus ideais são propagados como saída a cada crise do capital, ou seja, desconsideram-se as contradições da sociedade, acredita-se que o indivíduo, ao cumprir o seu papel social, corrobora para garantir a ordem, culminando no progresso das relações de classe que são construídas historicamente. Dessa forma, compreende-se que retomar a produção de Auguste Comte e a teoria do positivismo na atualidade permite uma melhor “leitura” dos discursos que exercem influência nas políticas educacionais, as quais fomentam a desigualdade social ao exaltar a questão moral sobre as condições materiais reais de subsistência.

Referências

ANDERY, Maria Amália Pie Abib; SÉRIO, Tereza Maria de Azevedo Pires. Há uma ordem imutável na natureza e o conhecimento a reflete: Auguste Comte. In: ANDERY, Maria Amália “et al.”. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: Educ, 1996.

BENOIT, Lelita Oliveira. **Augusto Comte: fundador da física social**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006. (Coleção Logos)

BERGO, Antonio Carlos. O positivismo: caracteres e influência no Brasil. **Reflexão**, Campinas, ano VIII, n. 25, p. 47-97, jan./abr. 1983.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

LOPES, Eliane Marta Teixeira. As relações entre os contextos históricos e os discursos pedagógicos. In: ____ **Origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XVIII**. Coleção EDUCAÇÃO. São Paulo: Loyola, 1981.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1996.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. VOLUME I. O Processo de Produção do Capital. TOMO 1 (Prefácios e Capítulos I a XII). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

RIBEIRO JR., João. **O que é positivismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SILVA, João Carlos da. **“O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”**: as propostas do apostolado positivista para a educação brasileira (1870-1930). Cascavel: Unioeste, 2016.

SINGER, Paul. **Aprender economia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Enviado em: 26/março/2019 | Aprovado em: 19/abril/2020